

SOBRE O PROGRAMA ATENA

O Programa Atena surge de uma necessidade de se construir um panorama da situação estadual quanto a implementação de políticas públicas para a promoção da cidadania LGBTI+ nas 27 unidades da federação.

Trata-se da organização, estruturação e análise de informações sobre políticas públicas voltadas para população LGBTI+ no nível estadual divididas em cinco eixos: (i) **políticas matriciais**, sendo elas a presença de órgão gestor voltada para coordenação geral da estrutura pública, presença de Conselho para deliberação e participação comunitária, e presença de plano e programa com orçamento para implementação das políticas nas regiões do estado; (ii) **políticas setoriais**, divididas em 9 temas, sendo elas: segurança pública, educação, saúde, trabalho e renda, esportes e lazer, administração penitenciária, turismo, cultura, assistência social, ; (iii) **justiça e cidadania**, sendo ela a presença de conquistas de direitos e garantias individuais e coletivas pela população LGBTI+ na legislação estadual; (iv) **respostas às solicitações** de informações via Lei de Acesso à Informação (LAI); (v) serviços e institucionalização de serviços e políticas voltadas para população LGBTI+ nos **órgãos do sistema de controle**, entre eles, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Polícia Civil e Assembleia Legislativa.

No nível federal, é preciso que se assuma um papel de fomento das políticas públicas nos Estados e de catalisador/ incentivador/ correalizador de políticas públicas em lugares nos quais os cenários estruturais, políticos, comunitários e financeiros sejam discrepantes ou deficientes. Nesse sentido, é preciso que se atinja um equilíbrio entre os Estados e o Distrito Federal a fim de que a população LGBTI+ não seja refém de estruturas governamentais ineficientes e instabilidades políticas.

No nível estadual, é preciso sensibilizar diversos setores da sociedade para uma atuação mais enfática para que a pauta seja assumida como política institucional de estado, haja vista que diversas competências constitucionais de fomento, coordenação e implementação de políticas públicas são privativas dos estados e concomitantes entre eles.

O fomento de políticas públicas voltadas para população LGBTI+ é fundamental para a diminuição dos casos de discriminação e violência, bem como para promoção da cidadania LGBTI, já que os casos de violação de direitos desta população continuam ocorrendo fortemente no Brasil. Também é fundamental fortalecer a participação social e o controle social na articulação, implementação, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas e fazer o controle social das ações do poder público estadual, seus órgãos, e outros setores vinculados.

Mais informações: (21) 2215-0844

projeto.atenasbrasil@gmail.com

PROGRAMA
ATENA

Mapeamento de dados de políticas públicas LGBTI+ nos governos estaduais e Distrito Federal



A POPULAÇÃO LGBTI+
CONQUISTOU DIREITOS.
MAS PRECISAMOS
AVANÇAR AINDA MAIS.

Conheça os dados sobre seu Estado.

Realização

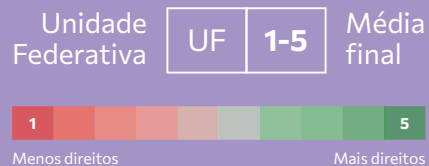
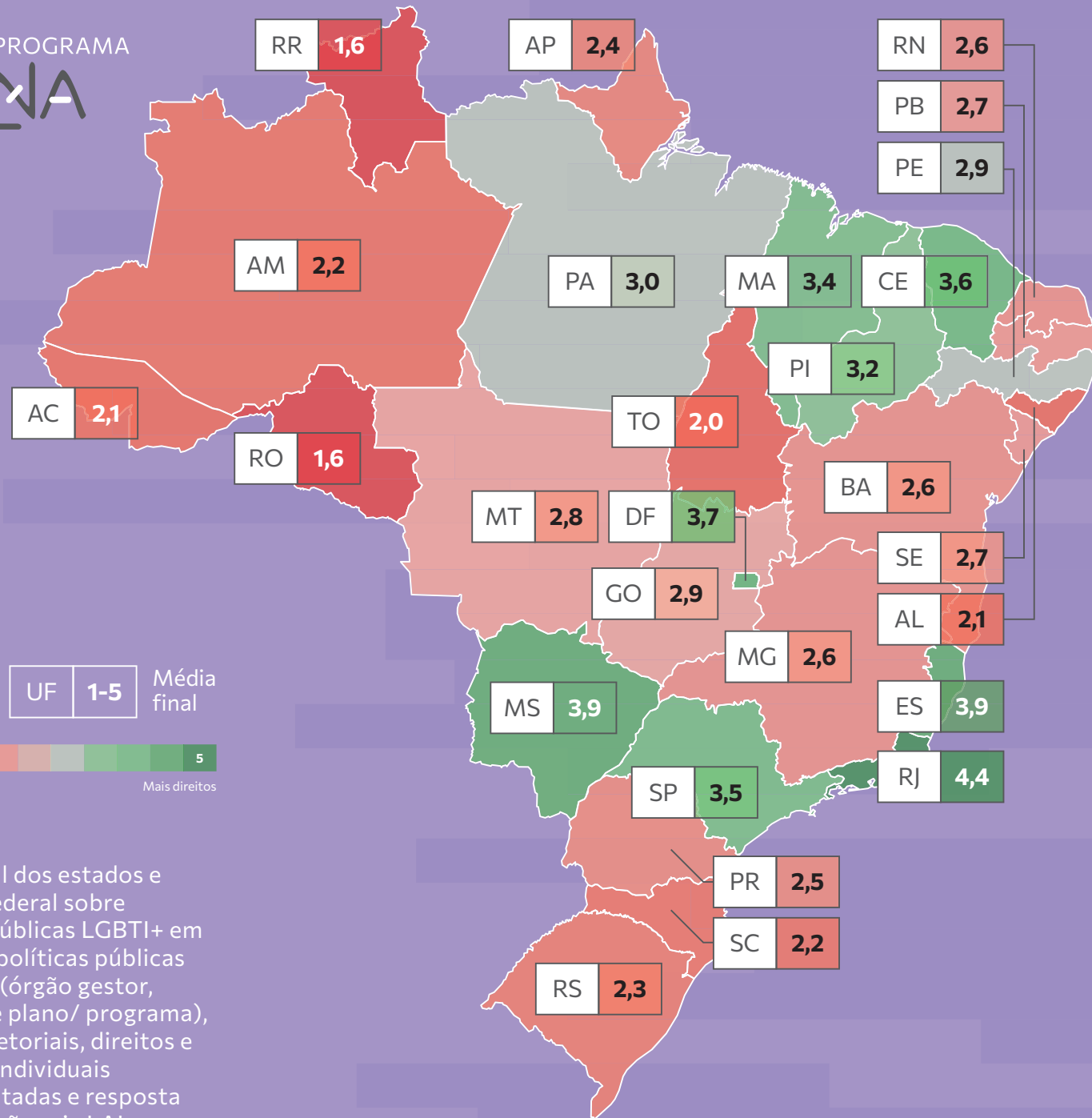


Financiamento



Apoio





Média final dos estados e governo federal sobre políticas públicas LGBTI+ em razão das políticas públicas matriciais (órgão gestor, conselho e plano/ programa), políticas setoriais, direitos e garantias individuais regulamentadas e resposta às solicitações via LAI.

1º	Rio de Janeiro	4,4
2º	Mato Grosso do Sul	3,9
3º	Espírito Santo	3,9
4º	Distrito Federal	3,7
5º	Ceará	3,6
6º	São Paulo	3,5
7º	Maranhão	3,4
8º	Piauí	3,2
9º	Pará	3,0
10º	Pernambuco	2,9
11º	Goiás	2,9
12º	Mato Grosso	2,8
13º	Sergipe	2,7
14º	Paraíba	2,7
15º	Minas Gerais	2,6
16º	Rio Grande do Norte	2,6
17º	Bahia	2,6
18º	Paraná	2,5
19º	Amapá	2,4
20º	Rio Grande do Sul	2,3
21º	Santa Catarina	2,2
22º	Amazonas	2,2
23º	Alagoas	2,1
24º	Acre	2,1
25º	Tocantins	2,0
26º	Roraima	1,6
27º	Rondônia	1,6

QUADRO ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESTADOS BRASILEIROS

Visando a construção de um cenário mais igualitário no enfrentamento da discriminação e promoção da cidadania LGBTI+, foi necessária a criação de indicadores (1-5) a fim de mensurar e qualificar a atividade dos órgãos, bem como conseguir compará-los entre os estados. Além da busca ativa de informações via sites oficiais, tais como Assembleias Legislativas, Imprensa Oficial, Casa Civil, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Fazenda, foram solicitados, a todas as 27 UFs informações via Portal da Transparência, com base na Lei de Acesso à informação (LAI).

De uma forma geral, observamos que a situação nacional ainda não é a ideal. A média dos indicadores nas **políticas matriciais** ficou em 2,5 (ruim). Em 16 dos 27 governos o órgão gestor, conselho estadual ou plano/programa LGBTI+ teve nota mínima (1,0) e nenhum estado atingiu a nota máxima (5,0), demonstrando que há ainda um longo caminho a ser percorrido na implementação de políticas públicas voltados para a população LGBTI+ no Brasil.

Os **planos e programas** são a principal deficiência: em 19 governos as notas estão péssimas (entre 1,0 e 2,0) e apenas três tiveram notas bom/regular (entre 3,0 e 4,0), sendo nenhum ótimo (acima de 4,0).

Portanto, observamos que estamos num caminho satisfatório de consolidação das políticas públicas nos governos estaduais. Mesmo os que estão em alta, tais indicadores refletem o mínimo de uma política pública de qualidade voltada para população LGBTI+. É preciso avançar no monitoramento, na publicidade e na transparência de dados e informações públicas, bem como num orçamento dedicado e exclusivo a implementação de políticas públicas nos estados e, por fim, regulamentação específica de direitos e garantias individuais via Poder Legislativo.

Para saber mais, entre em contato.

Conheça a pesquisa. Acesse:

